

A APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE NOS CURSOS DE LICENCIATURA NAS IES ESTADUAIS DO PARANÁ

Marcus Henrique Ferreira (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Fernando Lazaretti Onorato Silva, Luciana Ferreira, Vânia de Fátima Matias de Souza (Orientador). E-mail: vfmsouza@uem.br

Centro de ciências da Saúde- Educação Física

Palavras-chave: Identidade docente; Curricularização da extensão; Integração ensino-pesquisa-extensão.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os impactos da implementação da Resolução que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira CNE/CES n.º 07/2018 na constituição da identidade docente, considerando mudanças curriculares e a percepção dos coordenadores dos cursos de licenciatura da UEM. Utilizando metodologia qualitativa com aplicação de questionário, os resultados indicam que a extensão como política curricular pode impactar significativamente a formação inicial de professores, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão e relacionando teoria e prática por meio da aproximação entre universidade e comunidade. Essa interação possibilita a formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de atuar de forma contextualizada no mercado de trabalho. Por fim, a curricularização da extensão contribui para a constituição da identidade docente dos futuros professores ao proporcionar experiências contextualizadas na formação inicial, integrando teoria e prática e promovendo um sentimento de pertencimento, enquanto a universidade cumpre seu papel social de democratizar o conhecimento e formar profissionais críticos e reflexivos.

INTRODUÇÃO

O processo de implementação das políticas extensionistas nos cursos de formação inicial envolve as relações históricas e econômicas. A extensão universitária promove a interação entre a universidade e a sociedade, visando uma formação emancipadora e comprometida com a comunidade.

No Brasil, a extensão universitária, é marcada por diferentes momentos históricos, destaca a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A extensão mais engajada propõe a interação do conhecimento científico com os

saberes populares, visando a produção de conhecimento e a solução de problemas concretos. Novas concepções de extensão propostas pelo plano nacional de educação (PNE) e pela política nacional de extensão universitária (PNEU) de sugerem a criação de praxis extensionistas que influenciam a formação estudantil e profissional.

Diante dos desafios da nova concepção de extensão universitária e das imposições das políticas curriculares, surgem questões sobre o impacto da curricularização da extensão na formação dos futuros professores e na identidade profissional. O objetivo é analisar os efeitos da Resolução CNE/CES nº 07/2018 (Brasil, 2018) na constituição da identidade docente, considerando as mudanças curriculares e a percepção dos coordenadores dos cursos de licenciatura da UEM.

MÉTODOS

Na busca por compreender o processo pelo qual a extensão como política curricular se materializa no campo prática, realizou-se uma pesquisa qualitativa, tendo como instrumento o questionário aplicado aos coordenadores dos cursos de licenciatura da UEM. Participaram da pesquisa oito coordenadores de cursos de licenciatura do campus sede da UEM, os quais foram denominados como Coord. 1; Coord. 2; Coord. 3; Coord. 4; Coord. 5; Coord. 6; Coord. 7; Coord. 8.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos sujeitos que compõem a amostragem desta pesquisa, dessa forma, conforme os coordenadores de curso, apresentam como perfil acadêmico em sua maioria (62,50%) título de doutor na área de atuação ou áreas correlatas. Em relação à experiência e atuação na coordenação de cursos de formação inicial no ensino superior, 87,50% apresentam uma baixa experiência, em média 1 a 2 anos de atuação. A relação com a extensão está presente no currículo de 50% dos coordenadores, sendo na maioria delas por meio de projetos de extensão desenvolvidos na graduação.

A partir da caracterização da população amostral, quando questionados sobre o processo de implementação da extensão como política curricular, por meio da Resolução CNE/CES n. 07/2018, eles pontuaram que:

Está ocorrendo dentro das possibilidades materiais de realizar um extensão de qualidade e preparar os alunos para essa atividade (coord. 1)

O projeto está pronto - no nosso curso, os projetos já existentes abrigarão a maior parte das atividades -, mas precisará ser testado e aprimorando ao longo de seus (coord. 4)

Ocorrendo de forma meramente burocrática. Não há até onde sei, nenhum fórum para debatermos e apresentarmos ideias de como realizar a implementação (coord. 6)

Dois coordenadores (coord. 7 e coord. 8), afirmam que a resolução já está implementada por meio do projeto pedagógico do curso (PPC) do curso. Dos achados, evidencia-se que mesmo sendo uma política curricular aprovada em 2018, a curricularização da extensão universitária continua em fase de implementação e apresenta uma realidade incipiente em relação ao formato e efetivação da proposta materializada no currículo dos cursos.

Evidenciou-se pelas falas que muitos cursos ainda apresentam dúvidas em relação ao formato de como fazer a curricularização da extensão acontecer na prática dos currículos. Tal fato se aproxima das afirmações de Fros (2017), que aponta que uma das principais dificuldades para implantar a curricularização está no fato de saber como executá-la na prática.

A extensão universitária, por sua vez, oportuniza que o futuro docente efetive de forma prática os saberes obtidos no campo teórico, por meio de vivências e experimentações no campo profissional, isso corrobora para a produção de novos conhecimentos.

CONCLUSÕES

Discutir o processo formativo e suas implicações remete às políticas educacionais que legitimam e direcionam as ações a serem seguidas. As políticas públicas são ações governamentais com o intuito de atender necessidades nas dimensões social, econômica e política. Dentro desse contexto, as políticas educacionais buscam aprimorar a qualidade do ensino para garantir acesso, permanência e aprendizagem de qualidade para os estudantes.

A extensão universitária é vista como um processo dialógico, no qual a comunidade acadêmica dialoga com a comunidade externa, buscando a transformação da realidade existente, sem invalidar os conhecimentos prévios, mas sim em constante busca pela mudança.

A curricularização da extensão pode ser compreendida como uma medida para a manutenção sistêmica, formando profissional para o mercado de trabalho sem reflexão e criticidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual de Maringá e ao Programa Institucional De Bolsas De Iniciação Científica Nas Ações Afirmativas Pibic/Af/Is/Cnpq Fundação Araucária-Uem pelo incentivo financeiro durante a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/201 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, Congresso Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.

FROS, C. L. R. **Curricularização da extensão**: sugestões para a implantação no curso de administração da Unipampa. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.